



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA/SP

### PROJETO DE LEI

Dispõe sobre a autorização para a celebração de parceria para delegação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município de Laranjal Paulista.

A Câmara Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, aprova:

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre autorização para a concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de Laranjal Paulista pelo prazo de até 30 (trinta) anos.

**Art. 2º** Fica o Poder Executivo autorizado a outorgar a exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, mediante concessão precedida de licitação, nos termos do art. 10, *caput*, da Lei Federal nº 11.445/07 e do art. 83 da Lei Orgânica do Município de Laranjal Paulista.

**Parágrafo único.** Fica autorizada a utilização de qualquer instrumento de parceria de longo prazo, tais como os previstos na Lei Federal nº 8.987/95 e Lei Federal nº 11.079/04 ou outros previstos na legislação e que comportem a realização de investimentos pela iniciativa privada e a exploração de serviços e bens públicos para a respectiva remuneração.

**Art. 3º** Os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário têm caráter essencial.

**Art. 4º** Compete ao Poder Público Municipal determinar as diretrizes gerais da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no âmbito do Município, para possibilitar a outorga da concessão para a exploração dos serviços de que trata esta Lei.

**Parágrafo único.** As normas regulamentares deverão ser previstas no edital de licitação e seus anexos e deverão ser aplicadas pela entidade designada para exercer as competências de regulação e fiscalização contratual dos serviços.

**Art. 5º** A fiscalização do cumprimento das normas e diretrizes estabelecidas nesta Lei ou em sua regulamentação posterior será exercida pelo Poder Público Municipal.

**Art. 6º** Os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados no âmbito do Município deverão ser regulados por entidade dotada de independência e autonomia administrativa, orçamentária e financeira, observadas as disposições dos artigos 22 e 23 da Lei Federal nº 11.445/2007.

**Art. 7º** A tarifa de remuneração da concessionária obedecerá ao estabelecido no contrato de concessão.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA/SP

**Parágrafo único.** Sempre que forem atendidas as condições iniciais do contrato, considera-se mantido o equilíbrio econômico-financeiro.

**Art. 8º** Os bens e investimentos, previstos em contrato e efetivamente realizados pelo concessionário durante a vigência do contrato de concessão retornarão ao patrimônio do Município ao término de sua vigência, respeitados os direitos de amortização de investimentos.

**Art. 9º** A unidade responsável pela fiscalização da execução da futura concessão será a Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente.

**Art. 10** Revoga-se a Lei nº 2.077, de 18 de abril de 1.997.

**Art. 11** Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 27 de março de 2.023.

ALCIDES DE MOURA CAMPOS JUNIOR  
Prefeito Municipal



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA/SP

### J U S T I F I C A T I V A

Senhor Presidente,  
Nobres Vereadoras e Vereadores,

Considerando as metas de universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário previstas pelo Marco Regulatório de Saneamento Básico para 31 de dezembro de 2033, com a reforma que lhe foi introduzida pela Lei Federal nº 14.026/20;

Considerando a necessidade de melhorias na qualidade e na eficiência da prestação dos serviços públicos abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de Laranjal Paulista;

Considerando o termo final do contrato de programa celebrado entre o Município de Laranjal Paulista e a SABESP;

Considerando a competência privativa do Município de Laranjal Paulista para a organização e prestação dos serviços públicos locais, nos termos do art. 5º, inciso X, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando que os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados no Município de Laranjal Paulista têm natureza exclusivamente local, nos termos do art. 8º, inc. I, da Lei Federal nº 11.445/07;

O presente Projeto de Lei dispõe sobre autorização para a concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município de Laranjal Paulista.

Como é de conhecimento público, a Lei Federal nº 14.026/2020 promoveu importantes alterações no Marco Regulatório do Saneamento Básico. Diante de um cenário de *déficit* da cobertura dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Brasil, a lei setorial passou a exigir dos titulares desses serviços um compromisso sério com o atingimento de metas de universalização em um curto espaço de tempo e com uma prestação mais eficiente dos serviços. Nesse sentido, o art. 11-B do Marco Regulatório de Saneamento prescreveu o seguinte:

]

*Art. 11-B. Os contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão definir metas de universalização que garantam o atendimento de 99% (noventa e nove por cento) da população com água potável e de 90% (noventa por cento) da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, assim como metas quantitativas de não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento.*

Sem embargo, diante do novo desafio imposto pela legislação, nos últimos tempos, os titulares dos serviços, em especial os Municípios, têm se dedicado a estudar as alternativas por meio das quais se vislumbra possível o atingimento das metas de universalização. Uma das opções mais significativamente consideradas pelos gestores tem sido a concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA/SP

Trata-se de modelo de colaboração entre o Poder Público e a iniciativa privada no qual, em regra, o parceiro privado é responsável pela realização de investimentos nas infraestruturas dos serviços, remunerando-se, no longo prazo, pela cobrança de tarifas diretamente dos usuários (sendo admitida, eventualmente, a exploração de receitas acessórias). Importante ressaltar, desde já, que nem sempre o modelo concessionário implica o aumento dos valores de tarifas, uma vez que essa conclusão depende, fundamentalmente, da análise econômico-financeira a ser realizada.

Pois bem. Segundo dados Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS) do ano de 2021, 93,08% da população é atendida pelos serviços de abastecimento de água, enquanto os serviços de esgotamento sanitário são prestados a cerca de 89,8% da população municipal. Apesar da razoável cobertura dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em especial na comparação com outros municípios brasileiros, importa observar que o sistema releva algumas deficiências da operação dos serviços no Município. Nesse sentido, ressalte-se o elevado índice constatado pelo SNIS em relação aos índices de perdas de faturamento (39,14%) e perdas de distribuição (47,91%).

Além disso, é preciso levar em conta o termo final do contrato de programa e das dificuldades de caixa do Município no curto prazo para realização de investimentos de grande porte. Nesse sentido, para assegurar o cumprimento das metas concretas impostas pela legislação federal, a alternativa da parceria com a iniciativa privada se apresenta como uma opção racionalmente justificável, pois evita que o Município tenha que arcar com os custos dos investimentos, que passam a ser remunerados diretamente pela exploração dos serviços pela iniciativa privada. Com isso, o Município pode focar seus recursos em fiscalizar os serviços, por intermédio da entidade reguladora, e atender a outras áreas igualmente prioritárias nas quais a iniciativa privada não deve se envolver.

Diante desse quadro, são ainda necessárias medidas por parte do Poder Público que impliquem o atingimento das metas de universalização dos serviços, bem como a melhoria na qualidade da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em âmbito municipal. Contando com a costumeira eficiência de Vossa Excelência e ilustres Pares, aguardo a aprovação do Projeto na forma proposta, renovando protestos de elevado apreço.

Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, 27, março de 2023.

ALCIDES de MOURA CAMPOS JUNIOR  
Prefeito Municipal